

42 ANOS DO MST: REFORMA AGRÁRIA POPULAR E EDUCAÇÃO DO CAMPO PILARES DA LUTA PELA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL¹

Sandra Gunkel Scheeren²
Adriana Medeiros Farias³
Marcos Vinicius Francisco⁴

Resumo

O texto assume como objetivo central analisar aspectos históricos dos 42 anos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), articulando-os à defesa da reforma agrária popular e da educação do campo. Com base no materialismo histórico-dialético, recorreu-se à análise documental a partir do acervo do MST e das fontes primárias (cartilhas e jornais). A concepção de educação do campo nos assentamentos e acampamentos fundamenta-se originalmente na Pedagogia do Movimento. Enfatiza a dignidade humana e a formação omnilateral, reconhece que a luta pela reforma agrária popular está vinculada à produção agroecológica e à luta por um novo modelo societário.

Palavra-chave: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Reforma Agrária Popular; Educação do campo.

42 AÑOS DEL MST: LA REFORMA AGRARIA POPULAR Y LA EDUCACIÓN RURAL COMO BANDERAS DE LUCHA

Resumen

El objetivo central del texto es analizar aspectos de los 42 años del Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST), vinculándolos con la defensa de la reforma agraria popular y la educación rural. Partiendo del materialismo histórico-dialéctico, se utilizó el análisis documental, recurriendo a los archivos del MST y en fuentes primarias (folletos y periódicos). La concepción de la educación rural en asentamientos y campamentos se basa originalmente en la Pedagogía del Movimiento. Enfatiza la dignidad humana y la educación omnilateral, y que la lucha por la reforma agraria popular está vinculada a la producción agroecológica y a la lucha por un nuevo modelo de sociedad.

Palabra clave: Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST); Reforma Agraria Popular; Educación rural.

42 YEARS OF THE MST: POPULAR AGRARIAN REFORM AND RURAL EDUCATION AS FLAGS OF STRUGGLE

Abstract

The central aim of this text is to analyse historical aspects of the 42-year history of the Landless Rural Workers' Movement (MST), linking them to the defence of popular agrarian reform and rural education. Drawing on dialectical historical materialism, the study employed documentary analysis based on the MST's archives and primary sources (pamphlets and newspapers). The concept of rural education in the settlements and camps is originally rooted in the Movement's Pedagogy. It emphasises human dignity and all-round education, recognising that the struggle for popular agrarian reform is linked to agroecological production and the struggle for a new societal model.

Keyword: Landless Rural Workers' Movement (MST); Popular Agrarian Reform; Rural education.

¹ Artigo recebido em 11/06/2025. Aprovado em 30/03/2026. Publicado em 22/04/2026.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v24i53.68172>

² Mestre e Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professora da Rede Municipal de Educação de Londrina – Paraná. Email: sandrascheerenn@yahoo.com.br.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9065269580424655>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-2079-5783>.

³ Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Docente do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Líder do Grupo de Pesquisa em Educação, Estado Ampliado e Hegemonias (GPEH). Email: adrianafarias@uel.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0773390467001092>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7911-8711>.

⁴ Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Docente do Departamento de Teoria e Prática da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM); Líder do Grupo de Pesquisa Estado, Políticas Educacionais e Formação de Professores(as). Bolsista de Produtividade pela Fundação Araucária. Email: mvfrancisco@uem.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7996858773030239>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5410-2374>.

A História do MST - seus Congressos Nacionais e lemas de luta

A fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) data o ano de 1984 quando se realizou o 1º Encontro Nacional entre os dias 20 e 22 janeiro, na cidade de Cascavel, no Estado do Paraná. O Encontro realizado no Seminário Diocesano de Cascavel/PR reuniu cerca de cem pessoas, trabalhadores e trabalhadoras do campo e lideranças populares, que sob o grito de ordem Terra para quem nela trabalha e vive! deram vida ao MST. A memória das lutas do Movimento na defesa da reforma agrária e da educação sob perspectivas emancipatórias é assunto para este texto. Quatro décadas de história e de construção da Pedagogia do Movimento Sem Terra ensinaram formas de luta e de fazer educação para além dos territórios de reforma agrária.

Com base no método do materialismo histórico-dialético, objetiva-se analisar aspectos históricos dos 42 anos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), articulando-os à defesa da reforma agrária popular e da educação do campo. Para tratar do tema, recorreu-se à análise documental a partir dos dados coletados no acervo do MST, disponíveis em seu *site* oficial, nas fontes primárias (cartilhas, documentos e jornais), nas publicações da mídia contra hegemônica, com destaque para o jornal Brasil de Fato. Os documentos foram selecionados ao longo do estudo de acordo com a sua relevância histórica para a construção da trajetória das quatro décadas do Movimento e da necessidade de identificar os princípios político-pedagógicos, as ações políticas, as grandes pautas e a sua Pedagogia.

Na perspectiva do método do materialismo histórico-dialético, são válidas as ponderações de Evangelista (2012), pois, no processo de análise dos documentos e em articulação com o referencial teórico adotado, é necessário apreender as múltiplas determinações que os perpassam. Ou seja, é preciso descortinar as evidências, já que nenhum discurso é aleatório ou arbitrário. Em síntese, “todos os documentos, textos científicos expressam vida, conflitos, litígios, interesses, projetos políticos – história” (Evangelista, 2012, p. 56).

O texto está dividido em duas partes. Na primeira, são realizados apontamentos gerais da trajetória histórica do MST desde a sua fundação, passando pela definição das pautas e as formas de luta em defesa da reforma agrária e da educação, todas integradas ao projeto societário e agrário do Movimento. Na segunda parte, são

apresentados os pressupostos teórico-metodológicos da Pedagogia do Movimento, suas experiências, projetos e ações. Por fim, sinaliza-se os aprendizados e os desafios que permanecem para o MST no enfrentamento da ordem capitalista, extraídos das avaliações iniciais de seus intelectuais orgânicos.

Trajetória histórica e projeto societário do MST

A fundação do MST situa-se na efervescência das lutas dos movimentos sociais dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade contra a ditadura civil-empresarial-militar, em várias frentes de luta, com a perspectiva da redemocratização do país. Como salientam Bogo (2019), Dalmagro e Ferreira (2023) e Frigotto (2024), a história do MST só pode ser compreendida na análise das contradições do modo de produção capitalista, na concentração da propriedade privada e na história escravagista brasileira, isto é, nas lutas contra a estrutura latifundiária, um empreendimento capitalista centrado na grande propriedade da terra, no latifúndio, no trabalho escravo e na monocultura para exportação.

Em 1850, diante do eminente fim da escravidão, dos movimentos abolicionistas e rebeliões da população escravizada, o então império brasileiro instituiu a primeira Lei de Terras para impedir que os libertos tivessem acesso a maior fonte de riquezas do país. Por esta Lei, a terra passou a ser também Mercadoria. Mais do que isso, este modelo chamado de Plantation – o latifúndio monocultor para exportação baseado na superexploração do trabalho – será a única constante na história brasileira, independente da soberania (colônia portuguesa ou nação independente), do regime (monarquia ou República) e do sistema de governo (parlamentarista ou presidencial) (Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2024, p.11).

Os conflitos entre o capital e os(as) trabalhadores(as), analisado por Karl Marx nas sociedades capitalistas, também ocorreram ao longo da história do Brasil e foram mobilizados por meio de guerras, revoltas e movimentos sociais de diferentes matrizes ideológicas e em diversos territórios⁵. A Guerra de Canudos (1896-1897) e a Guerra do Contestado (1912-1916), para citar dois dos mais importantes conflitos de terras entre trabalhadores(as) do campo e os aparelhos coercitivos do Estado em seu

⁵ “As relações sociais, por sua diversidade, criam vários tipos de territórios, que são contínuos em áreas extensas e ou são descontínuos em pontos e redes, formados por diferentes escalas e dimensões. Os territórios são países, estados, regiões, municípios, departamentos, bairros, fábricas, vilas, propriedades, moradias, salas, corpo, mente, pensamento, conhecimento” (Fernandes, 2005, p. 277).

sentido estrito⁶, foram reconhecidas por serem movimentos de contestação social e político à República.

A Guerra de Canudos expôs as desigualdades sociais do Brasil republicano ainda em formação, por meio da luta da população que vivia no sertão da Bahia, marcada pela seca, pelo desemprego, pelo latifúndio improdutivo e pelo mandonismo coronelista. O povo sertanejo não hesitou em enfrentar o exército brasileiro, o Estado coercitivo, ao mesmo tempo em que disputava a hegemonia, demonstrando sua força organizativa e a capacidade de constituir uma outra experiência econômica e social no campo. De fato, a Guerra de Canudos também foi emblemática pela condução messiânica de Antônio Vicente Mendes Maciel, conhecido como Antônio Conselheiro. Ainda assim, Canudos foi reconhecida por sua relevância organizativa e por contestar a ordem, sendo uma parte importante da história dos movimentos sociais do campo.

A Guerra do Contestado, como afirma Carvalho (2009), ocorrida entre 1912 e 1916, em uma área de fronteira disputada pelos estados de Santa Catarina e Paraná, pode ser considerada um dos maiores conflitos armados da história republicana brasileira. O exército brasileiro, depois de Canudos, se armou com o poderio militar, o que resultou em um massacre violento de trabalhadores(as) do campo.

O Contestado foi um movimento social com forte presença religiosa durante toda sua existência e aderiram às vilas santas pessoas de origens bastantes variadas: posseiros expulsos de suas terras, ervateiros impossibilitados de continuar com seu trabalho, trabalhadores desempregados pela estrada de ferro, antigas lideranças federalistas e importantes opositores políticos dos coronéis da região, em especial de Curitiba e Canoinhas (Carvalho, 2009, p.16-17).

O autor conclui que a Guerra do Contestado representou o “momento emblemático de constituição do capitalismo brasileiro” e, com ele, o processo de hegemonização de valores e concepções das classes dominantes de “modernização

⁶ Estado em seu sentido ampliado é neste texto utilizado também como sinônimo de Estado Integral para expressar o constructo teórico gramsciano sustentado pela relação não dicotômica entre os pares sociedade civil e sociedade política compreendidos em sua unidade-distinção. Distante de aprofundar o conceito nesta nota, importa afirmar que há concordância com as autoras de que “O conceito de Estado ampliado permite identificar a íntima correlação entre as formas de organização das vontades (singulares e coletivas), a ação (imediata ou mediata) e a própria consciência (sociedade civil) – sempre enraizadas na vida socioeconômica – e as instâncias específicas do Estado em seu sentido restrito (sociedade política). Gramsci supera a dualidade das análises que contrapunham a base à superestrutura, integrando a sociedade civil e a sociedade política em uma só totalidade, em permanente interação, no âmbito do que ele considera as superestruturas (Mendonça, Fontes, 2012, p.62).

agrária” que não foram consensuadas pelos caboclos. Os caboclos não só se recusaram a abandonar a sua cultura, considerada arcaica para os interesses de parte das classes dominantes, mas também a construíram:

[. . .] uma nova ordem durante a guerra, onde os códigos morais e econômicos baseavam-se em outra ética: a monarquia sertaneja, o comunismo caboclo, o quadro santo, os Pares de França, a liberdade, as vilas-santas e os ensinamentos de São João Maria de respeito à natureza e ao próximo. Os caboclos almejavam que estes valores fossem hegemônicos, no sentido de torná-los aceitos e incorporados por um número cada vez maior de pessoas. O Estado Republicano respondeu com a intervenção armada (Carvalho, 2009, p. 207).

A naturalização da divisão entre “modernos” e “arcaicos” é utilizada como aparato ideológico para legitimar formas violentas de intervenção do Estado e, ao mesmo tempo, para a reprodução das relações capitalistas. De acordo com Carvalho (2009), tratava-se também de uma “inclusão forçada”, cuja naturalização servia, sobretudo, à destruição de formas sociais que não coadunavam com os interesses das classes dominantes.

Os movimentos de luta no campo continuaram a se alastrar pelo país, e as Ligas Camponesas (1954-1964) integraram a história dos(as) trabalhadores(as) por reunirem milhares de camponeses(as), principalmente da região Nordeste do país, expandindo-se para Minas Gerais e Rio de Janeiro, em torno do lema ‘Reforma Agrária na Lei ou na marra’.

As Ligas Camponesas se constituíram sob o regime de Getúlio Vargas (Partido Trabalhista Brasileiro – PTB) e do processo de legalização das organizações sindicais rurais, ainda que sob o controle dos(as) ruralistas. A primeira Liga organizada, em 1950, pelos(as) trabalhadores(as) do Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão (PE), surgiu quando o senhor de engenho impediu os(as) trabalhadores(as) de se associarem. Para garantirem seus direitos, iniciaram a resistência e buscaram o apoio do advogado e deputado pelo Partido Socialista Brasileiro, Francisco Julião. O fato é que a iniciativa dos trabalhadores ganhou repercussão regional e nacional e foi tratada como caso de polícia (Carvalho, 2009).

Anterior a essa experiência, as Ligas já tinham lastro organizativo do Partido Comunista desde a década de 1940. As organizações precursoras das Ligas Camponesas de Francisco Julião datam de 1944, com a fundação de duas Associações de Lavradores(as): a de Porecatu, que reuniu 270 famílias, e a de

Guaraci, que reuniu outras 268 famílias, ambas no estado do Paraná. O jornalista Marcelo Oikawa (2011) registrou a história das primeiras Ligas Camponesas, criadas na região de Porecatu, em seu livro, 'Porecatu: a guerrilha que os comunistas esqueceram, uma guerra que durou sete anos'. Na obra, Oikawa (2011) narra a criação de 12 Ligas Camponesas durante a resistência e afirma que o trabalho de organização camponesa seguiu mesmo depois de encerrados os conflitos armados.

Dezenas de sindicatos de trabalhadores rurais foram fundados por comunistas naqueles anos em todo o Norte, Noroeste e Oeste do Paraná. Em 1964 contava-se 67 sindicatos. Eles certamente figuram entre os primeiros do Brasil. Foi nessa região que o PCB exerceu pela primeira vez em sua história, a prática da Aliança operário-camponesa, constante de seus documentos desde os primórdios de sua existência. Foi também ali que se usou pela primeira vez a palavra *camponês* para designar o trabalhador rural sem terra, arrendatário, colono ou pequeno proprietário - uma apropriação dos termos *paysant* e *campesino* utilizados na Internacional Comunista. Porecatu foi um importante fator de equação sempre definida pelos dirigentes comunistas como os *problemas da revolução brasileira*. Porecatu também levou o primeiro decreto de desapropriação de terras para fins sociais do país (Oikawa, 2011, p. 17).

As Ligas se tornaram uma ameaça aos donos de engenho e latifundiários. Foram imediatamente criminalizadas, reprimidas pelo aparato autoritário estatal e seus integrantes perseguidos.

De fato, seja na resistência indígena ao trabalho para o branco, seja na estratégia de fuga, organização e combate nos quilombos (Moura, 1981), seja na posse familiar ou ocupação de movimentos sociais organizados de camponeses, a história da questão agrária demonstra que a luta pelo direito à terra do povo brasileiro, desde as suas diferentes dimensões culturais, sempre foi reprimida com muita violência por forças do latifúndio e do Estado. Apenas como exemplo, basta lembrar que a primeira vez que o Exército brasileiro fez uso de canhões foi na Guerra de Canudos, ao passo que o primeiro uso militar de aviões ocorreu na Guerra do Contestado contra os camponeses (Carvalho, 2009, p. 214).

Nos anos 1950, a disputa entre camponeses(as) e proprietários(as) de terras se materializou no âmbito do Estado restrito. Celso Furtado (Partido Socialista Brasileiro – PSB), então deputado, durante o governo de Juscelino Kubitschek (Partido Social Democrático - PSD), apresentou o projeto 'Operação Nordeste', que deu origem à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), autarquia criada com sede na cidade do Recife/PE. Ao longo do tempo, a instituição permaneceu como um meio de aglutinar projetos de grande repercussão para o desenvolvimento

regional e para a reforma agrária, ainda que, em muitos casos, tenha favorecido o agronegócio.

As Ligas Camponesas mobilizaram trabalhadores(as) e foram tratadas como uma ameaça à governabilidade, à propriedade privada e aos ruralistas, sobretudo com a ideia de uma ameaça comunista que a Revolução Cubana representava naquele momento histórico. O saldo organizativo das Ligas, além da mobilização de milhares de trabalhadores(as), incluiu a criação de escolas, movimentos grevistas, manifestações, entre outras formas de defesa da reforma agrária e da vida digna para as famílias camponesas. Parte das reivindicações do Movimento foi atendida nas Reformas de Base do Governo de João Goulart (PTB), em 1963. O Estado, pressionado pelos movimentos sociais, incorporou parte das suas reivindicações para manter o controle sobre as massas de trabalhadores(as). Todavia, considerada uma ameaça à ordem capitalista oligárquica, as Ligas foram reprimidas pelo regime empresarial militar e seus líderes presos (Carvalho, 2009).

Complementa Carvalho (2009) que as organizações da burguesia agrária no Brasil se fortaleceram na década de 1980, e o Movimento Democrático Ruralista, que reunia os(as) grandes proprietários(as) de terras contra a reforma agrária no Brasil, cumpriu o seu papel. Com o período de redemocratização, o Movimento passou a ser denominado de União Democrática Ruralista (UDR) em 1985, com representantes no legislativo. René Dreifuss (1981) analisou a atuação empresarial agrária na formação do que ele denominou de elite orgânica brasileira, ao revelar a atuação das frações empresariais e agrárias na formação da hegemonia de seus interesses, tanto nas organizações sociais da sociedade civil quanto nos aparelhos da sociedade política e refinaram suas estratégias e táticas. Nesse contexto, vale destacar as lutas pela terra na região Norte do estado do Rio Grande do Sul, cujo epicentro foi a 'Revolta de 'Nonoai' ocorrida entre 1978 e 1979, e o *acampamento de 'Encruzilhada Natalino'*, em 1983⁷. Tratava-se de conflitos entre indígenas e agricultores(as) na Reserva Indígena de Nonoai, localizada no Norte do Estado do Rio Grande do Sul, desencadeados ao longo das décadas de 1960 e 1970, "cujo ápice deu-se em 1978 com o confronto entre

⁷ Em maio de 1981 tem início a organização interna do Acampamento Encruzilhada Natalino 1981, com mais de 500 famílias, no período entre 30 de julho a 31 de agosto, de acordo com Engelmann (2025) o acampamento foi decretado área de segurança nacional e sofreu intervenção militar comandada pelo Coronel "Curió". Somente em setembro de 1983 as famílias do Acampamento foram assentadas com desapropriações pelo governo do estado.

índios (sic) caingangues e colonos intrusos, tendo resultado na expulsão de mais de mil pequenos agricultores da referida reserva” (Tedesco, 2012, p. 241).

Todos os movimentos sociais organizados pelas(os) trabalhadoras(es) do campo, em todo território brasileiro, e as lutas latino-americanas contribuíram para a criação do sindicalismo rural e dos Movimentos Sociais do Campo, dentre eles, a Via Campesina⁸, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais e o MST.

Herdeiro das organizações camponesas, o MST, em seu 1º Encontro, definiu como objetivos gerais: lutar pela Terra, lutar pela reforma agrária e lutar por uma sociedade sem exploradores(as) e explorados(as). Em 1984, o Brasil vivia o processo de redemocratização e os movimentos populares, em plena efervescência organizativa, ainda enfrentavam forte repressão do Estado, assim como as disputas feitas pela mídia hegemônica para deslegitimar suas pautas (Kolling; Caldart, 2023). Em entrevista ao Jornal Brasil de Fato (Moncau, 2024, *online*), Ceres Hadich recorda que as lutas travadas no Rio Grande do Sul, na ocupação de terras ‘Encruzilhada Natalino’, tiveram inspiração nas lutas camponesas, dentre elas, as Ligas Camponesas e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master).

Aqueles colonos estavam numa tentativa de sobrevivência muito concreta, certamente não pensavam no que isso viria a ser. Mas olhando no retrovisor da história, foi uma inovação do formato de luta por terra no Brasil: a ocupação com lona preta”, ressalta Ceres Hadich, da coordenação nacional do MST. “A Encruzilhada Natalino inaugurou um jeito de pensar a luta pela reforma agrária e fazer política que viria a ser uma das grandes marcas do MST”, resume (Moncau, 2024, *online*).

De acordo com o documento final do 1º Congresso Nacional do MST, realizado em Curitiba/PR, entre os dias 29 e 31 de janeiro de 1985, os sem-terra decidiram atuar sob os lemas ‘Terra para quem nela trabalha e Ocupação é a única solução’ (MST, 1985). As decisões do Congresso se materializaram, cinco meses depois, “quando 2,5 mil famílias participaram de 12 ocupações de latifúndios improdutivos em Santa Catarina” (Moncau, 2024, *online*).

⁸ La Vía Campesina cuenta con 164 organizaciones locales y nacionales en 73 países de África, Asia, Europa y América. En total representa a unos 200 millones de agricultores. Se trata de un movimiento político, autónomo, plural, multicultural, en su demanda de justicia social a la vez que se mantiene independiente de cualquier partido político, de cualquier tipo de afiliación económico o de otro tipo (Vía Campesina, 2017, *online*).

1º Congresso Nacional do MST, 1985.



Fonte: Celeiro de Memória, 2025.

No 2º Congresso, realizado no Distrito Federal, em 1990, para além da disputa pela terra, entendeu-se como imprescindível disputar o modelo de plantio e as formas de trabalho na terra, sintetizado no lema: 'Ocupar, resistir e produzir'. As resoluções do Congresso reforçavam a nacionalização do MST, as ocupações de terra como principal instrumento de luta, a necessidade de permanência na terra (em alguns assentamentos) e, portanto, a produção de alimentos. A correlação de forças sociais presentes no contexto de recém-saída da ditadura militar ainda mantinha um legado de violência contra os(as) trabalhadores(as) do campo, de ausência de diálogo com os governos e de insuficiência de políticas públicas voltadas à reforma agrária, bem como os desdobramentos da Revolução Verde⁹, tais como a alta concentração dos pacotes tecnológicos, o uso intensivo de agrotóxicos, a expansão dos latifúndios e o êxodo rural.

⁹ Introduzida em larga escala, a partir da década de 1950, em muitos países do mundo, inclusive no Brasil, a denominada Revolução Verde, conforme Pereira (2021, p. 687) "iniciou-se com os avanços tecnológicos do pós-guerra, com um programa de valorização do aumento da produtividade agrícola por meio de uma tecnologia de controle da natureza de base científico-industrial". Pereira (2021, p. 687), compreende que a Revolução Verde foi concebida como um pacote tecnológico que inclui insumos químicos, sementes de laboratório, irrigação, mecanização, grandes extensões de terra, "conjugado ao difusionismo tecnológico, bem como a uma base ideológica de valorização do progresso. Caracteriza uma "ruptura com a história da agricultura, o trabalho que era realizado em convivência com a natureza foi fragmentado em partes – agricultura, pecuária, natureza, sociedade –, e cada esfera passou a ser considerada em separado, quebrando-se a unidade existente entre ser humano e natureza" (Pereira, 2021, p. 688). A referida autora destaca que "o conhecimento da natureza e a reprodução da vida estão ameaçados pelo processo de dominação e difusão do pacote da chamada agricultura moderna da Revolução Verde" (*Ibidem*, p. 691).

Sobre a participação das mulheres, Fátima Ribeiro rememora que, no 2º Congresso, as mulheres ganhavam espaço no Movimento e, assim, elas “crescem a cada momento, politicamente, organicamente e em consciência de gênero, classe, étnica e racial. Ocupam praticamente todos os espaços na organização com qualidade, determinação e muitos afetos” (Engelmann, 2021, página do MST). As mulheres camponesas tiveram participação fundamental nos movimentos sociais que antecederam o MST e continuam disputando o seu espaço na direção e na tomada de decisão das organizações sociais.

O 3º Congresso Nacional, datado de 1995, ocorreu no mesmo ano do Massacre de Corumbiara (1995), em Rondônia e, no ano seguinte ocorreu o Massacre de Eldorado de Eldorado dos Carajás (1996), no Pará¹⁰. As discussões feitas sob as circunstâncias desses assassinatos levaram ao entendimento de que a reforma agrária não era uma luta exclusiva do campo, mas de todos(as) os(as) trabalhadores(as). A reforma agrária é uma luta de todos e sintetiza um avanço na compreensão da identidade Sem Terra, sobretudo na ampliação das pautas de lutas do Movimento, entre elas a educação. As duas marchas realizadas em 1997 e 1999, e a marcha de 2005 no governo Lula (Partido dos Trabalhadores – PT), para reivindicar o Plano Nacional de Reforma Agrária, foram expressivas para imprimir o debate da questão agrária na sociedade civil, em torno da adoção de tecnologias adequadas ao processo de recuperação e preservação dos recursos naturais, para a garantia da segurança alimentar, o que levou ao lançamento do “Programa de Reforma Agrária do MST”, publicado no Caderno de Formação n.º 23 (MST, 1995).

A formação do sujeito social Sem Terra é caracterizado por Caldart (2001), inspirada em Edward Thompson (1987), que explica o sentido do ‘fazer-se’ da classe operária inglesa, forjada na ação humana e nos condicionamentos do seu contexto histórico, para se referir ao processo pelo qual trabalhadores(as) rurais sem-terra fizeram-se, ou ainda fazem-se, Sem Terra, uma categoria historicamente construída para além do MST, mas também a partir dele, a qual compreende o modo de vida que se constrói nas ações, nas tarefas específicas e no cotidiano do MST.

¹⁰ No ano seguinte, diante da impunidade dos governos e da paralisia da reforma agrária, o MST decidiu iniciar uma marcha no mês de fevereiro, com 1.300 pessoas, partindo de três pontos do país, e programada para chegar em Brasília, no dia 17 de abril, exatamente um ano depois do Massacre de Eldorado do Carajás (Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2024, p. 7). Disponível em: https://thetricontinental.org/wp-content/uploads/2024/04/20240409_D75_Web_PT.pdf. Acesso em 14 de fevereiro de 2024.

[. . .] este processo também pode ser interpretado como um processo de formação humana, e mesmo como a materialização de um determinado modo de produção da formação humana, cuja matriz é o próprio Movimento como sujeito e princípio educativo (Caldart, 2001, p. 212).

A partir do 4º Congresso, a agroecologia ganhou destaque como estratégia política e como modelo de produção sustentável do ponto de vista ambiental, ainda que se mantivessem nos assentamentos e acampamentos a disputa com os pacotes tecnológicos hegemônicos e com os modelos de agricultura capitalista, consolidando um trabalho que já vinha sendo realizado desde 2000. Para além da disputa pelo pedaço de chão, trata-se de uma disputa de modelo, sobre como se trabalha naquela terra. O Congresso respondeu, assim, aos massacres: 'Reforma Agrária: por um Brasil sem Latifúndio', e o 5º Congresso Nacional, em 2007, com o lema 'Reforma Agrária por Justiça Social e Soberania Alimentar', reuniu o maior número de delegados até então. Gilmar Mauro afirma, em entrevista que:

[. . .] não faz sentido a defesa de uma reforma agrária puramente distributivista e produtivista, ao estilo clássico. Mas que no Brasil, pelas condições características, precisaríamos avançar para outro tipo, sim de repartição fundiária, mas pensando de outra forma a questão ecológica, produtiva, alimentos saudáveis e assim por diante" (...) "É um salto de qualidade imenso", resume (Moncau, 2024, *online*).

No 6º Congresso Nacional do MST, realizado em 2014, a avaliação do projeto estratégico do Movimento levou ao acréscimo do conceito 'popular' à reforma agrária. "Além da democratização do acesso à terra, é preciso disputar o modelo produtivo de agricultura. Foi aí que incorporou a palavra "popular" à reforma agrária que defende (Moncau, 2024, *online*).

Passados 40 anos, o MST se orgulha de ter hasteado sua bandeira em latifúndios de 23 estados e do Distrito Federal. Já podemos aprender também com nossa própria história: Beber do próprio poço! Com as ocupações de terra, os acampamentos e as marchas; com nossos assentamentos, as práticas agroecológicas e a produção de alimentos saudáveis; com o legado de nossos mortos; com a prática concreta da solidariedade e a força da mística, que nos anima a continuar na luta pelos objetivos da nossa criação em 1984 (Kolling; Caldart, 2024, *online*).

A mudança na forma de produção com as práticas agroecológicas não impactou somente os(as) acampados(as) e assentados(as), ou seja, a organicidade do Movimento. As ações de solidariedade, que sempre fizeram parte das ações do

MST, intensificaram-se na pandemia da Covid 19, entre 2020 e 2023, agravada pelas ações negacionistas da extrema direita e da política nefasta do governo de Jair Messias Bolsonaro (Partido Social Liberal – PSL; Partido Liberal – PL). Essas ações mostraram que o MST estava construindo a solidariedade de classe, levando alimentação saudável para a população brasileira que sofria com a superexploração do capital.

Em 155 dias entre a primeira e a última ação de solidariedade aqui considerados foram entregues 429.870 kg de comida no Paraná, ou seja, uma média de 2.773,35 kg de alimentos diários. As camponesas e camponeses de 54 acampamentos, 123 assentamentos, 21 comunidades de faxinalenses, posseiros, unidades de produção da agricultura familiar, escolas de agroecologia, cooperativas e sindicatos de trabalhadores rurais de 81 municípios distribuídos em todas as regiões do estado fizeram chegar gratuitamente uma parte da sua produção para bairros periféricos, ocupações urbanas, hospitais públicos e Santas Casas, asilos de idosos, associações de moradores e de catadores, abrigos, pessoas em situação de rua e comunidades indígenas (Roos *et al.*, 2020, p. 181).

As ações de solidariedade coordenadas pelo MST, só no estado do Paraná, de acordo com o levantamento feito pelos autores, totalizaram “19.000 marmitas agroecológicas, 600 máscaras de tecido, 60 litros de álcool 70%, além de 80 tipos de alimentos entre grãos, tubérculos, frutas, legumes, verduras, mel, ovos, pães, bolachas, leite, bebida láctea, queijo e macarrão caseiro” (Roos *et al.*, 2020, p. 181). O feito resultou em quase 500 toneladas de alimentos. Vale lembrar que o ‘Marmitas da Terra’ foi uma das atividades iniciadas na pandemia, mas foi incorporada às ações permanentes do MST de combate à fome no território de Curitiba e região metropolitana do estado do Paraná. A doação de comida sem veneno, a criação de hortas coletivas, a criação de cozinhas e padarias comunitárias são outras ações desenvolvidas pelo Movimento. Destacam-se que estas experiências também foram cruciais para o atendimento da população do Estado do Rio Grande do Sul durante as enchentes de maio de 2024¹¹, assim como as campanhas dos Sem Terrinha para arrecadação de material escolar para as crianças do referido Estado.

¹¹ As enchentes que ocorreram no Rio Grande do Sul no final de abril e início do mês de maio, do ano de 2024, marcaram a história do estado como uma das maiores catástrofes climáticas considerando o volume de chuvas e população atingida e os impactantes desdobramentos econômicos e sociais. Para uma análise ecologista e anticapitalista do fenômeno que vá além das causas ambientais, sugere-se a leitura da obra de Barreto (2018), “O capital na estufa: para a crítica da economia das mudanças climáticas”.

Conforme exposto, entre as ações políticas realizadas pelo MST, as práticas de solidariedade construídas pelo Movimento diferem da filantropia burguesa, pois se caracterizam como solidariedade de classe, isto é, aquela que se organiza entre aqueles(as) que têm pouco a partilhar, mas reconhecem a relevância dessa partilha.

Em todo o território brasileiro, a circulação dos produtos da reforma agrária popular também é feita pelo Feirão da Reforma Agrária, pelo Armazém do Campo, pelas sacolas camponesas e pela alimentação escolar por meio da compra direta dos(as) produtores(as).¹² Todas essas formas possibilitam que a população tenha acesso à alimentação saudável, ao mesmo tempo em que conhecem a produção dos(as) trabalhadores(as) Sem Terra dos assentamentos e dos acampamentos.

Nas quatro décadas de história do Movimento, a violência no campo, no período de 1995 a 2010, promovida por jagunços e assassinos internacionais, revela especialmente a conjugação entre "Estado, milícia e latifúndio" (Moncau, 2024, *online*). O Massacre de Eldorado dos Carajás, em 17 de abril de 1996, na curva do S, onde 19 trabalhadores foram assassinados e o assassinato do agricultor Valmir Mota de Oliveira, o Keno, pela milícia armada contratada pela transnacional Syngenta, foram marcos da nova roupagem da repressão. O assassinato do agricultor Keno e a tentativa de assassinato de Isabel Nascimento de Souza, na ocupação das terras de Santa Tereza do Oeste (PR), contra o experimento ilegal de sementes transgênicas na área do Parque Nacional do Iguaçu pela Syngenta, são parte das mudanças que o agronegócio trouxe, junto com a expansão primário exportadora de *commodities*¹³, os transgênicos e a financeirização, marcadamente nos anos 2000.

As décadas de 1990 e 2000, analisa Ceres Hadich, da direção nacional do MST,

[. . .] revelaram a violência do capital e do agronegócio e, nesta dor, nos permitiu ser acolhidos pela sociedade brasileira. Escancarou isso: são trabalhadores pobres do campo que não têm nada, que estão numa luta digna e estão apanhando, morrendo por conta disso. Foi um

¹² Cita-se como exemplo a Associação das Mulheres Camponesas do Assentamento Eli Vive 2 (AMCEV), em Londrina, Norte do Paraná, após se fortalecer como um coletivo de mulheres produtoras orgânicas, elas se juntaram à Universidade Estadual de Londrina (UEL) para fortalecer o escoamento da produção com o projeto Sacolas Camponesas (Silva, 2020).

¹³ Mercadorias padronizadas. O *boom* das *commodities* dos anos 2000 está relacionado com mudanças estruturais no capitalismo mundial. Para Stedile (2013), o *boom* das *commodities* incide na expansão do agronegócio no campo brasileiro, qual é baseado na monocultura, exportação, grandes propriedades, uso intensivo de máquinas, uso de agrotóxicos, controle por empresas transnacionais. Stedile (2013, p. 21, 22) afirma que "[...] o agronegócio não produz comida, mas *commodities* para exportação".

período que, contraditoriamente, nessa violência e nesse luto, revelou à sociedade um MST que ninguém conhecia (Moncau, 2024, *online*).

A criminalização do MST, no âmbito legislativo, também fez parte da história do Movimento, com um total de quatro Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito (CPMI), a saber: “CPMI da Terra, entre 2003 e 2005; a CPMI do MST, entre 2009 e 2011; a CPI Funai Incra, entre 2015 e 2016; a Funai Incra 2, de 2016 a 2017” (MST, 2023). Em maio de 2023, mais uma vez, foi criada a CPI contra o MST¹⁴. Na análise elaborada pelo Movimento, trata-se de mais uma tentativa da extrema direita e da bancada agro-militar¹⁵ de intimidar, tanto o governo Lula (PT) quanto os membros do MST. Em setembro de 2023, a Comissão foi concluída com indiciamentos contra os(as) trabalhadores(as) Rurais Sem Terra. Contudo, sem conteúdo normativo expressivo, ela serviu como mote para retomar vários Projetos de Lei (PL), pautados pela bancada ruralista nos últimos anos, com o objetivo de avançar em processos de criminalização das organizações sociais e populares em nosso país. Um exemplo disso é o PL n.º 1595/2019, de autoria do Major Vitor Hugo (PSL/GO), que tipifica a luta social como ato terrorista e como representação dos interesses do agronegócio.

Outro feito da bancada ruralista foi a aprovação da Lei n.º 14.785, sancionada em 2023, a qual confere centralidade ao Ministério da Agricultura no processo decisório sobre o registro de agrotóxicos e limita o poder de veto anteriormente atribuído à Anvisa e ao Ibama (Brasil, 2023). No ano seguinte, o Brasil, “bateu o recorde de liberação de agrotóxicos em 2024: foram 663 ingredientes ativos aprovados para uso no país, 19% a mais que em 2023” (Antunes, 2025, s/p).

Em contraposição, no dia 27 de janeiro de 2024, a Coordenação Nacional do MST se reuniu na Escola Nacional Florestan Fernandes para celebrar os 40 anos de luta, que culminaram, entre outras conquistas, com centenas de cooperativas,

¹⁴ A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi instaurada, tendo o Deputado Coronel Zucco (Republicanos – RS) como presidente da Comissão, e o deputado Ricardo Salles (PL-SP) como relator.

¹⁵A bancada ruralista ou Frente Parlamentar Agropecuária referem-se ao agrupamento de parlamentares (deputados e senadores) que representam os interesses econômicos das classes dominantes agrárias “entre os quais a liberalização no trato da questão do uso de agrotóxicos no âmbito do Legislativo (mais de quarenta projetos de lei nessa direção), do Executivo (pressões sobre órgãos reguladores como a Anvisa), do Judiciário (impunidade das mortes no campo), da pesquisa (mais de 95% dos recursos da Embrapa estão voltados para o agronegócio) e da mídia (o agronegócio possui até canais de televisão)” (Abrasco, 2015, p.187). Entre outras pautas, a bancada ruralista reúne forças com representantes das forças armadas e das polícias, conhecida como bancada agro-militar, numa coalizção para manter a impunidade dos assassinatos no campo, oposição à demarcação de terras indígenas e quilombolas, projetos de lei que equiparam ocupações e terra à terrorismo, operações policiais em áreas de conflito no campo, entre outras. Para aprofundar o estudo sobre as classes dominantes agrárias, recomenda-se a leitura da obra de Sônia Regina Mendonça (1997, 2009).

agroindústrias e escolas do campo. Desse encontro, resultou a “Carta Compromisso do MST com a Luta e o Povo Brasileiro”, apresentada e divulgada durante o Ato Político em Comemoração aos 40 anos do Movimento (Moncau, 2024). A Carta é um prólogo aos debates que serão realizados no âmbito do 7º Congresso Nacional do MST¹⁶. Ela analisou o cenário político brasileiro de avanço dos interesses da extrema direita, a lentidão no cumprimento da função social da terra prevista constitucionalmente. Também fez uma análise dos ataques ao governo Lula (PT) e ao Movimento, a violência contra os povos indígenas, do campo e quilombolas, assim como a miserabilidade do povo brasileiro. Destaca ainda a capacidade organizativa do MST e suas 450 mil famílias assentadas e mais de 65 mil famílias acampadas.

A Pedagogia do Movimento e a luta pela educação do campo

Conforme Caldart (2004), os processos educativos das organizações e dos movimentos sociais e populares do campo constituíram-se historicamente no contexto das lutas sociais pela terra, pela reforma agrária e pela garantia de direitos sociais no campo. Destarte, o trabalho educativo no MST, é anterior à sua criação formal, em 1984. Tais processos são amplos e ricos em dimensões e camadas, e a sistematização que se apresenta perpassa alguns pressupostos e experiências sobre a construção da Pedagogia do Movimento e a luta pela educação, que expressam e produzem diferentes movimentos da realidade.

Os Movimentos Sociais são expressão dos limites e das contradições da sociedade atual e são, portanto, profundamente educativos uma vez que por sua atuação simultaneamente questionam as estruturas sociais e a educação delas proveniente, oferecendo pistas para novas formas de organização da vida social e da educação (Dalmagro, 2016, p. 70).

O MST se autodefine como uma organização social de massas, com a luta pela terra como primeiro eixo. Porém, “as escolhas que fez historicamente sobre o jeito de conduzir sua luta específica (uma delas a de que a luta seria feita por famílias inteiras), levaram o Movimento a desenvolver uma série de outras lutas sociais combinadas” (Caldart, 2001, p. 208). Lutas que derivam das necessidades da vida cotidiana das(os) acampadas(os) e assentadas(os), que se referem à vida dos sujeitos Sem Terra, mas

¹⁶ Até o fechamento do artigo o 7º Congresso Nacional do MST não foi realizado.

que estão presentes na vida dos subalternos, a exemplo das “questões relacionadas à produção, à educação, à saúde, à cultura, aos direitos humanos [. . .]” (*Ibidem*, 2001, p. 208).

Tratar da educação no MST, portanto, refere-se a todas as práticas e processos, em que o Movimento “intencionaliza a formação humana de crianças, jovens, adultos, idosos, pessoas e coletivos, nas lutas, no trabalho social, nas vivências organizativas, na formação política e científica, na produção cultural” (Caldart, 2025, p. 9).

O início do processo de elaboração pedagógica do MST ocorreu sob as orientações do II Congresso do MST (1990), quando o lema ‘Ocupar, Resistir e Produzir’ se ampliou junto ao Setor de Educação do MST. O acesso à terra, por meio das ocupações, a consolidação da produção de alimentos nos primeiros assentamentos pelas famílias Sem Terra, e a constituição da então cooperação agrícola, delinearam as finalidades educativas e princípios pedagógicos formulados nesse período.

O lema do IV Congresso (2014), “Lutar, Construir Reforma Agrária Popular”, permanece orientando o processo de construção do Programa de Reforma Agrária Popular do MST. O Programa representa um novo estágio de elaboração, de formulações políticas e pedagógicas, e um novo posicionamento do MST e de outros movimentos sociais, especialmente no que se refere à construção de lutadoras(es) e construtoras(es) de “um novo modo de produção da vida social” (Caldart, 2015, p. 8).

A elaboração pedagógica protagonizada pelo MST foi e vem se constituindo por meio de práticas educativas diversas, anteriores à criação formal do MST, com sua dinâmica, seus sujeitos, relações, contradições e exigências formativas, que constituem a Pedagogia do Movimento. Uma Pedagogia elaborada de maneira coletiva, ‘dos’ e não ‘para’ as(os) trabalhadoras(es), em diálogo com experiências da classe trabalhadora, como a Pedagogia do Oprimido, escrita por Paulo Freire no final da década de 1960, e a Pedagogia Socialista, situada no período inicial da Revolução Soviética e seus/suas pedagogos(as).

A Pedagogia do Movimento é herdeira de um legado histórico de trabalhadoras(es) e fundamenta-se na concepção materialista e dialética de história.

Acrescenta a esse legado a matriz formativa da luta¹⁷, ao compreender que a mesma possui lições valiosas. Caldart (2025, p. 6) destaca que o ser humano possui centralidade na compreensão do MST, “a luta é pela terra, pela reforma agrária e o foco está nos sujeitos, nas pessoas coletivas que lutam, produzem alimentos, cultivam determinada forma política e organizativa de vida social”.

O conceito ‘Pedagogia do Movimento’¹⁸ tornou-se frequente “à medida que a atuação do MST exigiu ampliar o conceito, abstraindo-o do processo particular de formação específica do sujeito Sem Terra. Sem desligar-se materialmente desse processo” (Caldart, 2025, p. 4). O desafio é refletir sobre a dimensão pedagógica da inserção das pessoas de diferentes movimentos sociais populares, que também objetivam a transformação social e a luta coletiva como princípio político e organizativo, bem como, o “avanço para uma determinada concepção de formação humana, educação e escola” (*Ibidem*, 2025, p. 4).

Nesta perspectiva, destaca-se a participação do MST na luta por uma Educação do Campo e seu projeto político e pedagógico, junto a diferentes movimentos sociais populares e organizações camponesas. O Movimento passa a refletir sobre o que de seu percurso pedagógico seria comum em relação às necessidades de formação da classe trabalhadora do campo.

Situam-se três componentes na base de construção política e pedagógica da Pedagogia do MST, conforme sistematiza Caldart (2025), sendo o primeiro: as práticas educativas, em sentido amplo, que incluem o trabalho específico nas escolas de educação básica, cirandas infantis, cursos formais e não formais.

O segundo componente é o diálogo com a tradição de teoria social e pedagógica, de visão alargada de pedagogia e educação. A qual considera processos de formação humana para além da escola, em contextos naturais, sociais e historicamente determinados, e entre sujeitos humanos concretos. Nesta perspectiva, a educação é processo intencional, por meio de ações formativas, que tem finalidades sociais construídas coletivamente.

¹⁷ Incorpora-se às outras matrizes pedagógicas, sendo elas: a cultura, a organização coletiva e a história, trabalho. As Matrizes formativas caracterizam-se como “elementos materiais ou situações do agir humano que são essencialmente formadoras ou conformadoras do ser humano no sentido de constituir- determinados traços que não existiriam sem a atuação desta matriz/desse agir” (MST, 2013, p. 12).

¹⁸ Em 2000, a primeira sistematização sobre a práxis educativa do Movimento Sem Terra foi redigida pela membra do setor de educação do MST, Roseli Salete Caldart, e publicada em forma de livro com o título ‘Pedagogia do Movimento Sem Terra’, pela editora Vozes.

O terceiro componente de base e princípio constitutivo da Pedagogia do MST é a prática sistemática de análise do movimento da realidade, ou seja, o diálogo analítico. Realidade que, por meio dos aprendizados com a pedagogia soviética, nomeia-se de atualidade. Refere-se:

A um modo de pensar a realidade concreta em sua historicidade e como um conjunto articulado de fenômenos, naturais e sociais, que existem ou acontecem no entorno vivo de cada processo educativo e que remetem a fenômenos mais distantes ou não perceptíveis de imediato que se interligam. E são as contradições dessa realidade que nos permitem aprender os *momentos fundamentais da atualidade* sobre os quais precisamos centrar finalidades e ações (Caldart, 2015, p. 7, grifos da autora).

Nesta perspectiva de formação, o trabalho é princípio educativo e matriz formativa basilar da constituição do ser humano. Compreende-se que o discurso se forma quando se conecta com a vida material, com vivências mais amplas. O trabalho orienta o processo formativo nas escolas vinculadas ao MST, a fim de constituí-las, de maneira efetiva, como lugares de formação humana.

Um dos primeiros textos escritos pelo Setor de Educação do MST sobre o trabalho de educação do MST, foi intitulado 'Nossa Luta é Nossa Escola', em 1990. A escola, no MST, torna-se mais do que escola (no sentido literal da palavra), à medida que "toma parte do processo formativo dos Sem Terra, sem pretender ser o centro, e menos ainda, a totalidade dele" (Caldart, 2025, p. 4).

O MST organiza processos educativos desde o momento da ocupação da terra, a condição mais precária e intensa da luta. As escolas têm um sentido alargado, pois não precisam ter a forma constituída pelo sistema capitalista para reproduzir suas relações sociais de produção fundante. Desta compreensão, advém a reflexão do Setor de Educação do MST, pois, "a Pedagogia no Movimento não cabe na escola, porém, a escola cabe na Pedagogia do Movimento" (Caldart, 2025, p. 9).

As escolas vinculadas ao Movimento são experimentações de propostas político-pedagógicas anti sistêmicas. Apesar das amarras da institucionalidade estatal, padronização e outras questões demandadas pelas políticas educacionais na atualidade, que caracterizam retrocessos na educação pública das(os) trabalhadoras(es), buscam dar forma à organização curricular em consonância com sua perspectiva de sociedade e formação humana, com seus objetivos e suas especificidades territoriais que se materializam em níveis diferentes.

O Movimento realiza a luta conjunta pela universalização do direito à escola pública de qualidade social para todas(os), da infância à universidade. A oferta escolar é reivindicação constante, assim como a garantia das condições de estudo para crianças, jovens e adultos, bem como a construção de um processo educativo e formativo que, nas várias dimensões de produção da vida, materialize processos e experiências na direção contrária à sociedade do capital, a fim de fortalecer e incidir no direcionamento da luta fundante. “Por um lado, é necessário modificar as condições sociais para criar um novo sistema de ensino; por outro, falta um sistema de ensino novo para poder modificar as condições sociais. Conseqüentemente, é necessário partir da situação atual” (Marx; Engels, 2004, p. 107).

Nossas pesquisas identificaram ainda uma crescente importância atribuída pelo MST à escolarização, inclusive na expectativa da formação da consciência política, o que por um lado revela a importância da escolarização (no sentido de acesso a conhecimentos sistematizados, capacidade de leitura, escrita e noção das diferentes ciências) como base necessária à formação política, de outro preocupa ao atribuir à escola um papel que esta não consegue sozinha responder (Dalmagro, 2016, p. 82).

Os processos educativos também precisam estar vinculados organicamente aos processos políticos, e considerar que tudo o que se faz é político. A educação sempre é uma prática política à medida que se insere e se vincula a um projeto social. Conforme Verdério (2018, p. 94), “a educação dos povos trabalhadores do campo tem sido colocada na agenda educacional brasileira pela força, pela mobilização e pela capacidade de luta dos Movimentos Sociais e Organizações Populares do Campo”.

Na atualidade, de acordo com Scheeren e Francisco (2024, p. 3), “muitas experiências educativas significativas de resistência encontram-se em ação”, pois, romper as várias cercas do latifúndio só é possível por meio da ação coletiva, de organizações de classe, intelectuais orgânicos vinculados a universidades, partidos, sindicatos, movimentos sociais, entre outros.

Destaca-se, a exemplo das políticas conquistadas por meio da luta, em resposta às reivindicações do MST, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) no governo Fernando Henrique Cardoso (Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB), em 1998. O PRONERA tem como objetivo garantir as demandas por escolarização e por acesso à universidade, graduação e pós-graduação. A Lei n.º 11.947/2009 e o Decreto n.º 7.352, aprovado em 2010 no governo Lula (PT), tornaram

o PRONERA uma política pública. Observa-se que, mesmo com a conquista da política pública, há uma expressiva demanda não atendida pelo Programa, inclusive em razão da insuficiente destinação de recursos orçamentários pelo Governo Federal.

O PRONERA é alvo de ataques desde sua criação, entretanto, durante a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PSL e PL), verificou-se um processo mais profundo, marcado pela descontinuidade do Programa e pela extinção da Comissão Pedagógica Nacional, conforme análises do FONEC (2022).

De acordo com Kolling (2021), existem cerca de 1.500 escolas em áreas de reforma agrária à nível nacional e atuam nessas escolas aproximadamente 10 mil educadoras(es) e mais de 100 mil estudantes. Além da educação escolar, o Movimento organiza a formação política e técnica dos(as) seus(suas) integrantes por meio das ações organizadas por setores do Movimento, a exemplo dos Setores de Educação, Gênero, Saúde, Comunicação e Produção, com a oferta de cursos em agroecologia, cooperativismo, comunicação popular, entre outros temas relevantes para a luta pela reforma agrária.

Merecem destaque, nessa perspectiva, a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) (SP), criada em 2005, o Instituto de Educação Josué de Castro (RS), especializado em formar jovens gestores(as) para cooperativas, e escolas de agroecologia como a Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA) e o Instituto Educar (região Sul), a Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto, localizada no Nordeste brasileiro, e o Instituto de Agroecologia Latino-Americano (IALA), na região Amazônica, entre outras.

Verifica-se currículos construídos coletivamente; o fortalecimento dos vínculos entre escola e comunidade, entre conhecimentos escolares e a realidade; a valorização da organização coletiva, do trabalho, da agroecologia, da alternância e da interdisciplinaridade; as “mobilizações contra o fechamento de escolas no campo que têm se ampliado nos estados com as Articulações, Comitês e Fóruns de Educação do Campo com iniciativas conjuntas com o MP, as Defensorias Públicas, Assembleias Legislativas” (FONEC, 2022, p. 3), bem como organizações governamentais e não governamentais parceiras. Grupos de estudo e pesquisa em Educação do Campo, vinculados às Instituições de Educação Superior de todo país, realizam ações de formação, pesquisa, produção de conhecimentos e publicações significativas; e a

ampliação da “[...] ocupação das Universidades e da pós-graduação com os sujeitos e coletivos que constroem a Educação do Campo” (*Ibidem*, 2022, p. 3).

Ao lado da educação, a vida cultural se manifesta com as Mostras de Arte, Festivais, Saraus, batucadas, e recentemente as Orquestras Camponesas organizadas juntos às escolas, com a participação da comunidade acampada e assentada, entre outras formas de dar vida à criatividade, à expressão artística e às formas de expressão culturais das crianças, adolescentes e adultos(as), tendo lugar para o samba, a viola e o violão.

Pensamos que a formação de militantes ou da consciência de classe pressupõe o enraizamento concreto nas lutas da classe, ainda que a escolarização seja um aspecto indispensável, ela ganha potencialidade quando articulada às lutas e à organização coletiva. São estas que podem promover transformações na escola e que permitem articulá-la a outro projeto educativo e de sociedade (Dalmagro, 2016, p. 82).

Destaca-se também a Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária Popular (Jura), que propõe e articula várias ações promovidas por grupos organizados em Instituições de Ensino Superior, em parceria com outras organizações e movimentos sociais, em defesa da reforma agrária popular e da educação pública. A JURA reconhece os movimentos sociais populares do campo como sujeitos coletivos de produção do conhecimento e a legitimidade de suas lutas. Objetiva incidir no ambiente acadêmico e na sociedade em geral, e para os meios de comunicação de massa.

Em 2025, o lema da Jornada será “Defender a Vida, combater o agronegócio!” A construção da reforma agrária popular não é possível sem enfrentar o agronegócio, o qual concentra terras, políticas públicas, recursos naturais, responsável pela violência no campo, pela superexploração do trabalho, pela fome e pela destruição da natureza.

Como salientado anteriormente, os processos educativos também precisam estar vinculados organicamente aos processos políticos. A educação sempre é uma prática política à medida que se insere e se vincula a um projeto social.

A análise histórica, que permeia a práxis educativa da Pedagogia do Movimento, objetiva compreender as práticas educativas pelo que já são e pelas finalidades educativas que precisam atender, postas as demandas de cada período histórico. Portanto, a Pedagogia do Movimento “não diz o que deve ser, como um ideal

abstrato, mas o que por ser a partir do que já se faz. A chave, portanto, é o próprio movimento da realidade, das práticas, da nossa compreensão delas, da transformação humana que se vai realizando” (Caldart, 2025, p. 24).

É nessa dialeticidade que se instiga a avançar no que já se faz, bem como compreender e lutar, de maneira coletiva, contra as circunstâncias que impedem que o trabalho educativo/formativo avance com relação às necessidades formativas de quem participa do MST. Compreende-se que, na atualidade, não há caminho fora do desafio de construir alternativas ao sistema capitalista, desde o projeto histórico da classe trabalhadora.

Considerações finais

Ao findar este texto apresenta-se a síntese de algumas das múltiplas determinações que permearam as análises efetuadas. Compreende-se que o MST se consolidou ao longo de seus 42 anos de existência como uma das maiores organizações coletivas de resistência popular no contexto brasileiro, especialmente no que diz respeito à luta pela reforma agrária popular e pela educação emancipatória alinhada à defesa pela transformação social. Após a sua emergência em 1984, o MST assumiu como um de seus pilares a mobilização e a organização dos(as) trabalhadores(as) do campo, em prol da luta pela terra com um projeto socialmente referenciado.

Embora o MST venha enfrentando a violência e a criminalização das suas ações, sobretudo pelos setores ligados ao rentismo burguês e ao agronegócio, ele segue resistindo na luta pela reforma agrária popular e por uma sociedade justa.

Nesse íterim, merece destaque a criação de um modelo pedagógico próprio, ou seja, a Pedagogia do Movimento, que tem orientado o trabalho educativo nas escolas públicas em áreas de assentamento e acampamento. Inclusive, a educação do campo defendida por essa organização coletiva, ao principiar a coletividade, a dignidade humana e a formação omnilateral, assume que a luta pela terra está vinculada a um modelo societário e de produção agroecológica que contrasta com o sistema de organização capitalista.

As discussões aqui efetuadas são um convite para que futuros estudos sejam produzidos, tendo como horizonte a reforma agrária popular e a educação do campo

na perspectiva da Pedagogia do Movimento, sobretudo, porque essas ações buscam superar a concentração latifundiária de terras e os modelos mercantilizados de educação escolar difundidos pelo Estado capitalista.

Referências

ANTUNES, A. **Pedras no caminho do Pronara**. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), 17 set. 2025. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/pedras-no-caminho-do-pronara>. Acesso em 31 de março de 2026.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA (ABRASCO). **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. CARNEIRO, F. F. et al. (orgs.) 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: ABRASCO, 2015.

BARRETO, E. S. **O capital na estufa: para a crítica da economia das mudanças climáticas**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018. 226 p. (NIEP–Marx, v. 4).

BRASIL. **Lei nº 14.785, de 29 de dezembro de 2023**. Dispõe sobre o registro, a produção, a comercialização e o uso de agrotóxicos. Diário Oficial da União, Brasília, 2023.

BRASIL. **Decreto nº 12.538, de 30 de junho de 2025**. Institui o Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, 30 jun. 2025.

BOGO, A; BOGO, M. N. R. de A. Processos formativos do MST: desafios e limites históricos. **Trabalho Necessário**, Niterói, v. 17, n. 33, p. 85-110, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.17i33.p29368>. Acesso em 08 de junho de 2025.

CALDART, R. S. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 207–224, set. 2001. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300016>. Acesso em 18 de maio de 2025.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CALDART, R. S. “Caminhos para transformação da escola”. In: CALDART, Roseli Salete; Stedile, Miguel Enrique; Daros, Diana (Orgs). **Caminhos para transformação da escola n. 2: agricultura camponesa, educação politécnica e escolas do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 115-138.

CALDART, R. S. **Memória de Construção da Pedagogia do Movimento**. (Curso Nacional de Pedagogia do Movimento). São Paulo, 2025 (mimeo).

CARVALHO, T. M. de. **Coerção e consenso na Primeira República: a Guerra do Contestado (1912-1916)**. 2009. 214f. Tese (Doutorado em História) – UFF, Niterói.

DOUGLAS MANSUR. **Celeiro de memória**. Facebook, 6 de maio de 2025. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10162386516362978&set=pb.791777977.-2207520000&type=37>. Acesso em 28 de março de 2026.

DALMAGRO, S. L. Movimentos sociais e educação: uma relação fecunda. **Trabalho Necessário**, Niterói, v. 14, n. 25, p. 69-89, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.14i25.p9622>. Acesso em 06 de junho de 2025.

DALMAGRO, S. L.; FERREIRA, P. G. T. A atualidade do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: 40 anos de história, luta e formação. **Trabalho Necessário**, Niterói, v. 21, n. 46, p. 1-24, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.v21i46.59150>. Acesso em 06 de junho de 2025.

ENGELMANN, S. 2º Congresso Nacional do MST reafirmou capacidade de resistência nos territórios ocupados, com unidade nacional. **Da Página do MST – Memória**. 8 maio 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/05/08/2-congresso-nacional-do-mst-reafirmou-capacidade-de-resistencia-nos-territorios-ocupados-com-unidade-nacional/>. Acesso em 19 de maio de 2024.

ENGELMANN, S. Vitória do acampamento Encruzilhada Natalino no Rio Grande do Sul, em 1983. Após mais de mil dias de luta e resistência ao cerco da ditadura militar, em setembro de 1983, as famílias do Acampamento foram assentadas com desapropriações pelo governo do estado. **Da Página do MST**. Luta e Memória. 3 outubro 2025. Disponível em: <https://mst.org.br/2025/10/03/a-luta-do-acampamento-encruzilhada-natalino/>. Acesso em: 19 mai. 2024.

EVANGELISTA, O. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: ARAÚJO, Ronaldo Marcos Lima de; RODRIGUES, Doriedson do Socorro. (Org.). **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais**. Campinas: Alínea, 2012, v. 1, p. 52-71.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **OSAL Debates**, v. 6, n. 16, p. 273–283, jan./abr. 2005. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20110312111042/34MFernandes.pdf>. Acesso em 08 de junho de 2025.

FORUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO. **Resistência ativa: a educação do campo e os desafios para 2022**. Brasília: FONEC, 2022. Disponível em: <https://archive.org/details/resistencia-ativa-a-educacao-do-campo-e-os-desafios-para-2022>. Acesso em 10 de setembro de 2023.

FRIGOTTO, G. Quatro décadas do MST: reforma agrária e educação. **Trabalho Necessário**, Niterói, v. 22, n. 47, p. 1-4, jan./abr. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.v22i47.61701>. Acesso em 06 de junho de 2025.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, vol. 1 e vol. 2

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. **A organização política do MST**. Dossiê n. 75, abr. 2024. Disponível em: https://thetricontinental.org/wp-content/uploads/2024/04/20240409_D75_Web_PT.pdf. Acesso em 14 de fevereiro de 2024.

KOLLING, E. J. **Organicidade**: retomada do nosso percurso. Reunião do Setor de Educação do MST. São Paulo, 2021 (mimeo).

KOLLING, E. J; CALDART, R. S. Viva os 40 anos do MST! **Da Página do MST – Memória**. 29 jan. 2024. Disponível em: <https://mst.org.br/2024/01/29/viva-os-40-anos-do-mst/>. Acesso em 19 de maio de 2024.

MARX, K; ENGELS, F. **Obras Escolhidas**. Vol. 1. 10ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 2004.

MENDONÇA, S. R. de. **O ruralismo brasileiro**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.

MENDONÇA, S. R. de; FONTES, V. “História e teoria política”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, pp. 55-71.

MONCAU, G. MST completa 40 anos e se torna o movimento popular camponês mais longevo da história do Brasil. **Brasil de Fato**, São Paulo, 22 jan. 2024. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/01/22/mst-completa-40-anos-e-se-torna-o-movimento-popular-campones-mais-longevo-da-historia-do-brasil>. Acesso em 14 de fevereiro de 2024.

MST. **Documento final do primeiro congresso dos trabalhadores sem terra**. Curitiba, 1985. Disponível em: <https://mst.org.br/download/documento-final-do-primeiro-congresso-nacional-dos-trabalhadores-rurais-sem-terra/?wpdmdl=214532&masterkey=5f456edf3b93a>. Acesso em 19 de maio de 2024.

MST. **Caderno de Formação nº 23 – Programa de Reforma Agrária**. São Paulo, 1995. Disponível em: <https://mst.org.br/download/caderno-de-formacao-no-23-programa-de-reforma-agraria/> Acesso em 08 de junho de 2025.

MST. **Programa Agrário do MST - Lutar, Construir, Reforma Agrária Popular!** Brasília: Coordenação Nacional do MST, 2013.

MST. MST realiza coletiva de imprensa sobre fim de CPI. **Da Página do MST – CPI Contra o MST**. 27 set. 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/09/27/mst-realiza-coletiva-de-imprensa-sobre-fim-de-cpi/>. Acesso em 08 de junho de 2025.

OIKAWA, M. **Porecatu**: a guerrilha que os comunistas esqueceram. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PEREIRA, M. C. de B. Revolução Verde. In: DIAS, Alexandre Pessoa; STAUFER, Anakeila de Barros; MOURA, Luiz Henrique Gomes de; VARGAS; Maria Cristina

(orgs.). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2021. p. 687-692.

ROOS, D; PAULINO, E. T; SOARES, G; MONTENEGRO, J. Protagonismo da reforma agrária no Paraná em época de pandemia: as ações de solidariedade no MST em fatos e fotos. **Revista Geografia em questão**, v. 13, n. 03, p. 179-201, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.48075/geoq.v13i3.25971>. Acesso em 08 de junho de 2025.

SCHEEREN, S. G; FRANCISCO, M. V. Desigualdade social no contexto da educação do campo e da contrarreforma do ensino médio (Lei n.º 13.415/2017) no estado do Paraná. **Revista Inter-Ação**, v. 49, n. 3, p. 1681–1695, 2024. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/80716>. Acesso em 8 de junho de 2025.

SILVA, M. de O. **A transição agroecológica como possibilidade de recriação camponesa nos assentamentos 20 de Março (MS) e Eli Vive (PR)**. 2020. 443f. Tese (Doutorado em Geografia) – UEL, Londrina.

STEDILE, J. P. (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

TEDESCO, J. C. O “Conflito de Nonoai”: um marco na história das lutas pela terra no Rio Grande do Sul (1978-1982). **Saeculum: Revista de História**, n. 26, p. 241-59, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/15046>. Acesso em 14 de fevereiro de 2024.

THOMPSON, E. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VERDÉRIO, A. **A pesquisa em processos formativos de professores do campo: a licenciatura em Educação do Campo na Unioeste (2010 – 2014)**. 2018. 362f. Tese (Doutorado em Educação) – UFPR, Curitiba.

VÍA CAMPESINA. **¿Quién somos?** globalicemos la lucha, globalicemos la esperanza! 9 fev. 2011. p.1-4. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/la-voz-de-los-campesinos-y-de-las-campesinas-del-mundo5/>. Acesso em 7 de julho de 2017.